



# Os atores do desenvolvimento rural

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS  
E PRÁTICAS SOCIAIS**

**Sergio Schneider  
Marcio Gazolla**  
Organizadores

  
**UFRGS**  
EDITORA

  
**PGDR**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS

# Os atores do desenvolvimento rural



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Carlos Alexandre Netto**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica  
**Rui Vicente Oppermann**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Sara Viola Rodrigues**

Conselho Editorial

**Alexandre Santos**

**Ana Lígia Lia de Paula Ramos**

**Carlos Alberto Steil**

**Cornelia Eckert**

**Maria do Rocio Fontoura Teixeira**

**Rejane Maria Ribeiro Teixeira**

**Rosa Nívea Pedroso**

**Sergio Schneider**

**Susana Cardoso**

**Tania Mara Galli Fonseca**

**Valéria N. Oliveira Monaretto**

**Sara Viola Rodrigues, presidente**

# Os atores do desenvolvimento rural

**Sergio Schneider**  
**Marcio Gazolla**  
Organizadores

© dos autores  
1ª edição: 2011

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto  
Ilustração da capa: arte popular, México  
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg  
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

---

A881 Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais / organizadores Sergio Schneider [e] Marcio Gazolla. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

328 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agricultores – Construção – Autonomia – Diversidade. 4. Agricultura familiar – Novos mercados. 5. Agroindústria rural – Redes de desenvolvimento. 6. Agricultura – Criatividade – Conhecimento. 7. Agricultura familiar – Diversificação agrícola. 8. Turismo rural – Campos de Cima da Serra, RS. 9. Agricultura ecológica – Certificação participativa. 10. Agricultura – Desenvolvimento – Conservação ambiental. I. Schneider, Sergio. II. Gazolla, Marcio. III. Série.

CDU 338.43.01(81)

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0136-4

# **Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS)**

**Rozane Márcia Triches**

**Elisângela Froehlich**

**Sergio Schneider**

## **Introdução**

No Brasil vem ocorrendo uma complexa trama no que diz respeito à questão alimentar e nutricional da população. Observa-se nas últimas décadas um fenômeno chamado de “transição nutricional”, caracterizado por um aumento dos índices de sobrepeso e de doenças crônicas não transmissíveis, associados ainda a uma grande, mas declinante, prevalência de déficits nutricionais. Somado a isso, na esfera da produção, se fortalece um modelo produtivo pautado na agricultura intensiva, mecanizada, com elevada utilização de produtos químicos, com consequências ambientais e sociais, como a marginalização de grande parte de produtores rurais e aumento da pobreza no campo.

Para fazer frente às tendências citadas, na última década o Estado tem abordado modelos estruturantes pautados nos conceitos de segurança alimentar e nutricional sustentável (SAN). Estas políticas se constituem a partir de dois componentes básicos: o componente alimentar, relacionado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento; e o componente nutricional, relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica do alimento e, portanto, ao estado de nutrição da população. Destes componentes, propõem um modelo agroalimentar mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão da cadeia alimentar e uma relação mais estreita entre campo e cidade.

Os programas públicos alimentares como o Programa de Alimentação Escolar (PAE)<sup>7</sup> surgem como potenciais reintegradores destes componentes, tendo condições de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos. Por um lado, integrando políticas relacionadas à saúde da população de escolares, e por outro, criando mercados para os produtores locais e também fomentando boas práticas ambientais. Estas

---

<sup>7</sup> Desde 1988 a alimentação escolar é um direito dos alunos garantido em constituição, e, portanto, um programa permanente.

potencialidades tornam-se ainda mais viáveis com a medida provisória n. 455 de 21/1/2009 que passa a ter forma de lei em 16 de junho do mesmo ano (lei n. 11.947), que por sua vez, é regulamentada um mês após pela resolução n. 38.

Esta lei passa a ser um marco nas políticas públicas relativas à SAN. Em primeiro lugar, porque ampara, explicitamente, a agricultura familiar, tornando obrigatória a utilização de no mínimo 30% do valor remetido às entidades executoras pelo FNDE para o PAE na aquisição de gêneros alimentícios destes fornecedores. Em segundo lugar, porque é uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras.<sup>8</sup> Se até então todas as compras para o PAE estavam sob a obrigatoriedade de seguir os preceitos legais de isonomia e concorrência, abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como “agricultor familiar”: dispensa-se o processo licitatório, como disposto no seu artigo 14. A sanção desta lei coroa a revisão da legislação do programa, que, juntamente com o aumento dos recursos estatais alocados e com a maior abrangência da população atendida, reflete a revisão na regulação política do país desde 2003.

No ápice desta conquista é que o estudo a seguir pretende contribuir. De antemão, parte-se do princípio de que esta construção ocorreu a partir de experiências já existentes e que, no caso a ser estudado, a prática não foi disparada por legislações, ao contrário, era coagida por elas. Embora poucas iniciativas existissem até a obrigatoriedade legal, apesar dos 50 anos de existência do programa, e como o modelo de abastecimento alimentar dominante na maior parte dos municípios e estados brasileiros ainda seguia a lógica da produção em massa, caracterizada por cadeias longas de abastecimento e por concepções de qualidade padronizadas e convencionais, alguns municípios se viram compelidos a modificarem esta estrutura.

Quer se dizer com isso que, mesmo estando abaixo das mesmas condições regulamentares dos outros municípios, alguns locais “modificaram” a estrutura existente, apontando para o fato de que os atores sociais e o local são importantes componentes a serem considerados nos processos de mudança e na construção de mercados. Parte-se do princípio de que um mercado não é idealizado e planejado *a priori*, mas sim construído de forma fragmentada, contingente, combinada, e que as iniciativas locais são precursoras e, conjuntamente com as posturas do Estado, potencializadoras das mudanças.

Segundo Long (1992), os atores sociais não são simplesmente uma categoria social desincorporada, ou recipientes passivos de intervenção, mas sim participantes ativos que processam informações e estratégias em suas negociações com vários atores locais, bem como personagens e instituições de fora. Nesta perspectiva, o autor combate as teorias que tentam explicar as mudanças sociais pelo viés culturalista ou estruturalista, defendendo que seus estudos tentam se concentrar sobre os comportamentos inovativos, os processos de decisão ou de que

---

<sup>8</sup> Frisa-se que antes desta legislação o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, instituído em 2003, já adquiria produtos da agricultura familiar sem processo licitatório na tentativa de desburocratizar o processo. Nesta construção, o PAA destacou ainda mais o grande potencial do Programa de Alimentação Escolar em concretizar as políticas de segurança alimentar vinculando consumo e produção. No entanto, vale destacar que os recursos orçamentários destinados ao PAA são do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e são alocados exclusivamente para a aquisição de produtos agropecuários das unidades familiares de produção enquadráveis no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e caracteriza-se ainda como uma política de governo e não de Estado.



forma os indivíduos mobilizam recursos para construir redes sociais. A agência, segundo o autor supracitado, não seria somente a capacidade de tomar decisões, mas, principalmente, as ações particulares que fazem a diferença para o estado preexistente ou curso de eventos, que são compostas de relações sociais e só são possíveis através delas. Caracteriza-se por uma rede de atores e sua habilidade de influenciar outros em prol de um projeto. O que requer uma geração/manipulação estratégica de uma rede de relações sociais e a canalização de itens específicos através de certos pontos de interação.

A ação estratégica se caracterizaria por um poder que os atores têm de mesmo dentro de um modelo cultural ou social dominante serem agentes hábeis em mudar as circunstâncias para resolver seus problemas de uma forma coerente, organizando seus recursos por meio de uma persuasão ativa em relação aos seus projetos e pela construção de seus próprios padrões de organização. A organização das práticas refere-se não somente a instituições formais, mas também a forma como os grupos de consumidores ou produtores se organizam em sua vida diária. Entendendo a organização como um processo, buscar-se-ia entender como as entidades criam suas próprias regras, princípios ou cultura e como os elementos simbólicos são usados e manipulados por diferentes atores.

Por outro lado, a linguagem é usada para construir e legitimar certos papéis, regras e códigos. Nesse sentido, a prática discursiva tem o poder de capturar e exercitar o poder de algumas pessoas, argumentos e organizações contra outras, através de específicos acontecimentos, em arenas particulares, sobre vários períodos de tempo (Long, 1992). Esta abordagem assume que os atores são capazes de formular decisões, agir sobre elas, inovar e experimentar. A inovação, neste caso, não estaria veiculada a algo vindo de fora, e nem referida a aspectos puramente econômicos, mas também, aos novos aspectos culturais da população ou de integração social, por exemplo. Neste caso, o termo inovação nestes projetos não é sinônimo apenas de novos produtos e serviços, mas sim uma forma de diversificação da economia, de criação de novas redes e relações sociais, da junção de identidades locais em uma determinada área rural, da disseminação de conhecimentos, da soma de esforços entre atores e instituições, dentre outros aspectos.

A literatura internacional indica que o surgimento de formas diferenciadas de relações sociais e econômicas que determinam modelos alimentares que fogem ao convencional, parte de movimentos que surgem tanto da necessidade de sobrevivência dos pequenos agricultores, quanto, principalmente, na atualidade, da demanda dos consumidores e suas preocupações e concepções de qualidade em relação aos alimentos. Neste contexto, o reconhecimento da ruptura e da desconexão na cadeia alimentar implicaria no apoio e na ideia da sobrevivência agrícola e da restauração da confiança na produção de alimentos pelo consumidor, através da construção de cadeias alimentares localizadas pautadas em “economias de qualidade” (Callon *et al.*, 2002) e na sustentabilidade (Morgan, 2008).

Embora exista a construção de dispositivos alternativos construídos principalmente pela relação e interação dos atores locais, o setor público tem um papel fundamental na definição dos modelos de desenvolvimento e qualidade a serem seguidos. Numa crescente crise do atual sistema alimentar associado à questão agrícola e às questões de saúde e nutrição, o Estado tendo o dever de promover bens públicos que considerem as necessidades da população, e com o poder de controlar o mercado das aquisições públicas, constitui-se como um ator com



capacidade de desenhar sistemas socioeconômicos que incorporam preocupações e viabilizam determinados modelos. O Estado também se configura como a instituição mais legítima e poderosa para transpor iniciativas locais para um nível mais amplo.

Nesta perspectiva, estudos recentes advindos da academia britânica têm procurado desenvolver abordagens teóricas mais integradas e holísticas para a produção e consumo. Exemplo disto é o trabalho realizado na Universidade de Cardiff que, dentre outros temas, tem utilizado o “*school meals*” para explorar as relações entre estratégias de produção baseadas na qualidade e as formas de discernimento dos consumidores que procuram alimentos mais confiáveis, ou seja, frescos, locais e de conhecida procedência. No centro desta temática está o conceito de aquisições públicas sustentáveis (Morgan, 2008), que aponta, entre outros fatores, para o poder de regulação do Estado para a criação de mercados para agricultores locais e para a promoção de saúde e bem-estar, referenciando-o como política de saúde pública. Neste sentido Lang e Heasman (2004) defendem o conceito de um “paradigma ecológico integrado”, mostrando que a saúde e os recursos naturais estão intimamente ligados e que a sustentabilidade está intrinsecamente conectada com ambos.

Diante do exposto, pretende-se discutir a partir do caso do município de Dois Irmãos (RS), como o Programa de Alimentação Escolar foi utilizado para construir novas relações de produção e consumo, promovendo alternativos, diferenciados e/ou heterogêneos modelos agroalimentares.

### **O Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos (RS): a construção social de um novo mercado para a agricultura familiar**

O município de Dois Irmãos é integrante da região metropolitana de Porto Alegre, localizado a apenas 52 km da capital na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Possui uma população de 27. 572 habitantes, uma área de 65,16 km<sup>2</sup>, com uma densidade populacional de 424,18 hab/km<sup>2</sup>, sendo o 7º município mais urbanizado do estado no ano de 2000 (BRASIL, 2011). O PIB *per capita* em 2008 foi de R\$ 19.571,73 (BRASIL, 2011) e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) segundo o PNUD 2000, de 0,812.

Sua história está ligada à colonização alemã no Estado, que teve início no ano de 1824 na antiga colônia de São Leopoldo. Os imigrantes vindos diretamente da Europa se afirmaram sobre a agricultura, o artesanato rural e o comércio, sendo o comércio rural o principal mecanismo de contato com os imigrantes das colônias com a sociedade gaúcha (Schneider, 2004). Dois Irmãos recebeu os primeiros colonos a partir de 1825 e teve sua ocupação basicamente através da atividade agrícola desenvolvida nos lotes que se alinharam lado a lado, no sentido norte-sul. Essa forma de ocupação geográfica, associada à etnia, ao domínio da língua germânica e às dificuldades de comunicação, foram fatores decisivos à formação e manutenção de uma sociedade endogâmica e relativamente fechada sobre si mesma até meados da década de 1950, quando foi desarticulada por um duplo processo de transformação estrutural da economia do estado. Por um lado, as mudanças ocorridas na agricultura familiar e, por outro, em razão do processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista (Schneider, 2004).

Isto permitiu ao colono reestruturar a divisão interna do trabalho familiar e adequar a unidade agrícola ao mercado de trabalho não agrícola. Dessa forma, constitui-se uma mudança na estrutura produtiva da agricultura familiar, que passa de um modelo colonial para assumir traços de uma *part-time farming* e da pluriatividade (Schneider, 2004).

Importante destacar que de predominantemente rural, atualmente o município se caracteriza por ser urbano, com uma área rural reduzida a menos de 10% da área total. Explica-se o fato ao processo de industrialização supracitado e à emancipação de dois outros municípios: Santa Maria do Herval em 1988 e Morro Reuter em 1992, regiões em que a área rural era mais extensa. Segundo dados da Emater local, o meio rural de Dois Irmãos ainda hoje se caracteriza por pequenas propriedades, onde se destaca o cultivo de mandioca, feijão, olerícolas, milho, além da criação de bovinos de leite, bovinos de corte, caprinos, peixes, produção de ovos, mel, e agroindustrializados (néctar e doces de frutas, doces de leite e ovos, queijo de cabra, leite, cachaça). Estes produtos são comercializados em sua maior parte no mercado interno ou regional e, também, para autoconsumo. Porém, a maior área é utilizada para a silvicultura. Segundo o censo agropecuário de 2006, o número de estabelecimentos agropecuários era de 127, ocupando uma área de 1.727 hectares, distribuídos entre as áreas rural, urbana e rurbana.<sup>9</sup>

## **Das motivações, interesses e necessidades dos atores**

O Programa de Alimentação Escolar do município de Dois Irmãos era abastecido com gêneros alimentícios adquiridos pela instância federal até 1994, quando inicia no país o processo de descentralização. Até então, segundo a coordenação do PAE municipal, os alimentos recebidos nem sempre chegavam ao município em bom estado para consumo. Em 1995, o município cria o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), exigência legal para receber os recursos e assumir o gerenciamento do programa. A este conselho caberia a fiscalização e controle da aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar. O PAE, então, passa a ser gerenciado pelo Serviço de Alimentação Escolar, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (Semec) com o assessoramento do CAE.

A partir de 2000, iniciam as discussões sobre a qualidade dos alimentos de forma mais intensa, em virtude da baixa aceitabilidade e aproveitamento dos gêneros adquiridos, mesmo após a descentralização, em virtude das limitações do processo licitatório. Somado a isso, em 2003-2004 foram realizados alguns diagnósticos demonstrando um quadro alimentar e nutricional preocupante, atestando a tendência nutricional observada no país, ou seja, o aumento dos índices de sobrepeso associados a práticas alimentares caracterizadas pelo consumo de alimentos com alta densidade energética e industrializados em detrimento dos básicos e mais naturais. A pesquisa realizada nos municípios de Dois Irmãos e Morro Reuter com escolares de 8 a 10 anos (Triches e Giugliani, 2005), verificou que 17% estavam acima do peso e que a obesidade estava fortemente associada a práticas alimentares menos saudáveis e que os co-

---

<sup>9</sup> Esta classificação é dada pelo Plano Diretor do Município (lei n. 2.375/2006), que estabelece os critérios para o macrozoneamento. Convém ressaltar que os agricultores que estão na zona considerada urbana, mas que comprovem a sua utilização para fins de produção agrícola são classificados como contribuintes do ITR e não do IPTU.

nhecimentos sobre nutrição não eram suficientes para que estas crianças se conscientizassem e melhorassem suas práticas. Essas constatações levaram a concluir que o *ambiente* é decisivo na formação de hábitos alimentares, e fundamental para modificar o estado nutricional ou prevenir a obesidade. Foi com esta concepção que o Serviço de Alimentação Escolar deste município começou a trabalhar no sentido de rever as questões de qualidade dos alimentos remetendo este conceito às questões organolépticas e culturais, associadas às questões nutricionais e sanitárias. Disso resultaram as motivações para repensar a procedência e métodos de produção que providenciassem alimentos mais frescos, naturais, tradicionais e saborosos, que conquistassem o paladar dos alunos para alimentos como frutas, verduras e gêneros menos processados, integrais e típicos da região.

Deve-se frisar que estas preocupações tomaram mais fôlego e acentuaram as discussões sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar, a partir do movimento iniciado a nível regional para a inserção de produtos da agricultura familiar no programa.<sup>10</sup> O município foi participante deste movimento, que vinha de encontro às necessidades suprarreferidas. Para tanto, vários atores e entidades foram citadas como responsáveis por este movimento no município: a secretaria de educação através da Coordenação da Alimentação Escolar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Emater, merendeiras, professores e direções, pais de alunos, agricultores, secretaria da saúde através da vigilância sanitária e o departamento da agricultura. Os encontros e discussões entre estes atores sobre o assunto tomavam acento principalmente dentro do Conselho de Alimentação Escolar e, com menor intensidade, no Conselho de Desenvolvimento Rural. Estas entidades reuniram esforços para incentivar, ajudar e mobilizar os agricultores, visitando-os ou convidando-os para participar das licitações. Segundo Emater e STR havia também o interesse de procurar alternativas de mercado para a agricultura familiar, porém este não teria sido o motivo primeiro, mas sim uma motivação que se unia e vinha de encontro à proposta. O interesse dos agricultores pela alimentação escolar, segundo eles, foi pela segurança e solidez que este mercado providenciava, mas também por ser um vetor de comércio local e, também, pela preocupação em fornecer um alimento que o consumidor demandava, um alimento de qualidade.

Em 2004, efetivou-se esta prática, com o início da participação de produtores rurais nos processos licitatórios. Desde então, já participaram diretamente como fornecedores, sete agricultores individuais, uma cooperativa e uma associação que produz leite integral pasteurizado tipo C, néctar de uva orgânico, geleia e doces em pasta de frutas orgânicas, doce de

---

<sup>10</sup> Entidades como a Emater e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), na tentativa de criar mercados para a agricultura familiar, bem como promover desenvolvimento local e soberania alimentar (Emater, Fetag e prefeituras municipais, 2006) foram responsáveis por um movimento regional iniciado em 1998, no município de Rolante (RS). Em 1999, esta iniciativa produziu repercussão em outros municípios, culminando, em 2004, no Seminário Regional sobre Alimentação Escolar. Neste, participaram 15 municípios, representados por secretários municipais, técnicos, integrantes de conselhos municipais, agricultores, merendeiros, professores e diretores de escolas, que discutiram amplamente a questão de aquisição de produtos locais para o abastecimento das escolas. Deste encontro criou-se uma comissão multidisciplinar, interinstitucional e intermunicipal, com objetivo de dar suporte técnico e estratégico aos municípios, além de divulgar o tema para outras regiões do estado e do país. Para tal função, a comissão elabora e lança, em 2005, o Manual de Alimentação Escolar, atualizado e relançado em 2006, frisando a latência do mercado institucional como demandante de produtos da agricultura familiar.

leite, ovos de galinha caipira e de codorna, mel em pote e sachê, hortaliças, frutas, melado, feijão e arroz. Abastecendo dessa forma, toda rede municipal de ensino, constituída por onze escolas municipais, o que representa em torno de 3.500 alunos. Considerando o ano de 2009, o município recebeu o montante de R\$ 151.591,35 do governo federal para o PAE. Desses, R\$ 89.068,69 foram utilizados para compra de alimentos da agricultura familiar, ou seja, praticamente 60% do total do recurso federal.

## **Das dificuldades e das estratégias de superação**

Um enfoque orientado ao ator se emprega com a simples ideia de que nas mesmas ou similares circunstâncias estruturais se desenvolvam formas socialmente diferentes. Tais diferenças refletem variações nas maneiras em que os atores intentam encarar ou lidar com as situações, cognoscitiva, organizacional e emocionalmente (Long, 2007, p. 55-56). Dessa forma, como visto acima, o município de Dois Irmãos, a partir de ações particulares produziu uma diferença no abastecimento do programa, inserindo produtos da agricultura familiar. As motivações, necessidades e interesses dos atores envolvidos os levaram a repensar o modelo e, para tanto, determinadas dificuldades tiveram que ser superadas. Três delas se destacam nos depoimentos: 1) burocracia do processo licitatório; 2) formalizações dos produtores, principalmente em relação às questões sanitárias; e 3) organização da produção, comercialização e logística.

Todos os recursos utilizados em compras públicas, inclusive os remetidos à alimentação escolar, obrigatoriamente, deveriam ser licitados.<sup>11</sup> Para tanto, a entidade executora municipal realizava no mínimo dois processos licitatórios por ano na modalidade pregão presencial ou eletrônico e, para compras emergenciais, convite ou dispensa de licitação.

A questão da burocracia das aquisições públicas foi enfrentada a partir de intensas discussões no CAE. O encontro de diversos atores representando tanto os consumidores (professores, pais e coordenação do serviço), como os produtores (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater), além de outros convidados como a vigilância sanitária, secretarias da Agricultura e da Saúde, resultou na formulação de estratégias capazes de contornar os problemas burocráticos. Por meio destas aproximações, ocorreu a reformulação dos cardápios e das especificações dos produtos conforme o que e quanto era produzido pelos produtores rurais do local e o auxílio na adequação aos mesmos quanto aos documentos necessários para sua participação dos processos licitatórios.

Em virtude de que todo processo de aquisições públicas deve atender à lei 8.666/1993, e que esta especifica apenas os documentos necessários referentes a empresas, o município, em conjunto com o departamento de compras e departamento jurídico, adaptou o trâmite considerando alguns documentos do produtor rural como símiles ao exigido às pessoas jurídicas. Para que os agricultores pudessem participar do certame, tinham de apresentar o cadastro de pessoa física (CPF) e o bloco do produtor rural, além de negativas de débito das diferentes esferas estatais.

---

<sup>11</sup> A dispensa licitatória pode se dar em algumas situações emergenciais ou em objetos que não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00/ano, e mais recentemente, em função da lei n. 11.947 de 16/6/2009.

Mesmo com esse auxílio, a manutenção do vínculo era dificultada, segundo depoimento da coordenação do serviço do município, pela própria Lei de Aquisições Públicas, que tem como uma de suas prerrogativas a livre concorrência, e a isonomia, devendo selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, vetando-se aos agentes públicos agir de forma a frustrarem ou restringirem o seu caráter competitivo. Decorrente disto, os agricultores familiares, ao participarem deste certame, o fazem concorrendo com outros fornecedores e atravessadores e obedecem também a exigências documentais. Nesta condição, muitas vezes, não conseguem concorrer com grandes atacados e varejos, seja pela questão do valor dos produtos, seja pela falta de informações e familiaridade com os processos, seja pelas exigências estruturais que são onerosas e que incluem uma formalização que demanda muitas vezes uma carga tributária que eles não conseguem sustentar. Neste sentido, a proposta “mais vantajosa” citada acima desconsidera os benefícios sociais atribuídos à inclusão de agricultores familiares no mercado e, ainda, os benefícios de uma boa alimentação e de hábitos saudáveis promovidos por seus gêneros mais frescos, locais e tradicionais.

Para suplantarem estas questões, as especificações dos produtos nos editais passaram a ser mais detalhadas, além de virem com exigências de qualidade referindo características de produção e manipulação diferenciadas que condiziam ao que e como eram os alimentos produzidos na região. O exemplo do leite produzido no município que se distingue dos demais leites pasteurizados tipo C pela característica da manutenção da gordura (tipo “integral”), sem a sua padronização a 3% (tipo “padronizado”), como é a maioria dos oferecidos no comércio. Estes gêneros passavam também pelo núcleo de controle de qualidade, que atentava para o atendimento estrito às exigências do edital, podendo desclassificar as propostas que não estavam de acordo com o padrão de qualidade descritos. Assim, o proponente deveria, além de oferecer o menor preço, também comprovar a qualidade exigida para fornecer determinado gênero alimentício ao PAE.

A dificuldade em relação às questões sanitárias estava associada às formalidades exigidas como critério de qualidade, como os registros de inspeção sanitária, registros nos ministérios concernentes (dependendo do produto), cadastros e alvarás do estabelecimento, entre outros. Segundo os próprios agricultores e o STR, estas exigências impossibilitavam a sua formalização devido à necessidade de tomarem uma série de medidas que exonerariam a produção a ponto deles não conseguirem se adequar.

Outra questão foi a sanitária. Foi e ainda é um grande problema dentro da estrutura mínima exigida. Eles (agricultores) têm medo de investir porque não têm certeza do sucesso, eles têm muito receio de cumprir todas as exigências sanitárias e não ter retorno. Foi o único motivo que prejudicou. Mesmo que o município tente facilitar, não dá. Acho que a fiscalização deveria acompanhar com a estrutura que se tem e no decorrer que ela vá exigindo a adequação necessária. Inverter um pouco a lógica (P. J. B., STR, Dois Irmãos, 22 set., 2008).

Para a superação deste entrave, o município contou com ações conjuntas entre a Secretaria de Saúde e Agricultura para a implementação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), que promoveria um maior número de produtores aptos, do ponto de vista sanitário, a venderem seus produtos para a merenda escolar do município. Em 2006, foi criada a lei n. 2.315, regulando a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Até então, somente dois produtores de leite possuíam o SIM, inspecionados por profissionais

veterinários da própria prefeitura, muito embora não existisse ainda a regulamentação legal e, segundo os entrevistados, este serviço não fosse eficiente e rápido o suficiente para atender a demanda. Dessa forma, houve a necessidade de fortalecer a parceria entre os diferentes técnicos e instituições envolvidas, desencadeando uma relação de confiança sem exigências de rótulos, etiquetas ou certificados. Esta confiança era baseada no conhecimento do processo de produção dos alimentos pelos técnicos da prefeitura e Emater, criando outros mecanismos para superação das questões de documentação e inspeções sanitárias, como por exemplo, segundo o técnico da Emater:

Em relação à documentação, o termo para a superação é “arranjo”. O “arranjo” foi feito pela confiança do produto elaborado e essa confiança é dada pelas instituições de base, Sindicato, Emater, Secretaria de Agricultura e pelo histórico dos produtores e os resultados que ele obteve. Existe essa confiança, seus produtos não vão ocasionar mal à saúde de ninguém. Depois, por parte do pessoal da nutrição em entender que isso é importante. Que os alimentos têm um diferencial positivo (H. M. B., Emater, Dois Irmãos, 14 out. 2008).

Este esforço parece estar centrado na busca de uma “qualidade” alimentar além dos padrões estabelecidos. Uma qualidade baseada em relações de confiança, no conhecimento sobre quem e como produz, no maior comprometimento do produtor e na maior exigência do consumidor que a localização propicia. Comprometimento este associado à necessidade da manutenção e aumento do mercado pela credibilidade de quem produz e pela exigência associada à satisfação dos interesses relacionados à saúde de quem consome, corroborados nos depoimentos abaixo.

Na fala em relação ao consumo:

Sim, eu tenho muito confiança. Pela qualidade que vem até nós, até o produto chegar na escola, alguém já foi olhar, experimentar, investigar, que a pessoa responsável que comprou tem confiança antes de nós. A gente teria confiança mesmo sem este intermediário, porque é um produto de qualidade. A gente usa no dia-a dia, experimenta, a gente sabe como é, a gente conhece e lida com ele todo dia. Já comprei do Falkoski (agricultor/fornecedor), faço propaganda. Eles são bem falados no município. Nunca foi encontrado um ovo estragado, são bem selecionados (L. K. M., V. K., R. I. B., merendeiras, Dois Irmãos, 9 set. 2008).

Não é artificial, não tem agrotóxico, até no cheiro, a gente sente no gosto, quando come é diferente. A gente tem confiança, porque a gente faz certo então a gente confia que os outros também vão fazer (L. K. M., V. K., R. I. B., merendeiras, Dois Irmãos, 9 set. 2008).

Na fala em relação à produção:

[...] são produzidos especialmente para um consumidor (escolares) e por isso destinam (os agricultores) a eles (alunos) o que tem de melhor na propriedade. Para permanecer neste mercado, porque eles valorizam este mercado. Eles têm receio de perdê-lo porque ele é aberto, todo mundo pode concorrer contigo (P. J. B., STR, Dois Irmãos, 22 out. 2008).

Segundo os depoimentos da Emater e STR, outra dificuldade enfrentada foi a organização dos agricultores com uma nova lógica de mercado. Um mercado mais exigente em relação à qualidade e que conta com aquela produção, não podendo haver falhas no abastecimento.

A maior dificuldade foi mostrar ao agricultor que era possível vender para o Programa. Ele não estava preparado para uma produção maior, com mais tecnologia, e que tinha que avançar na questão da qualidade. Por essa dificuldade de ele mesmo ter que enfrentar o mercado, o consumidor mais exigente. Teve que passar a lidar com aquilo que até então não fazia. Teve que sair de um papel mais de paternalismo para um papel mais autônomo. Outro problema foi o conhecimento do Programa, fazer a entrega em vários lugares, a questão da logística, principalmente na questão das hortaliças. Tem que saber se organizar, gerenciar sua própria propriedade. Antes eles vendiam o excedente, agora eles têm que mandar o que precisa. Eles são obrigados a levar, tem pessoas dependendo daquele produto. A agricultura não é uma indústria, ela precisa de seu tempo. Para produzir tantos pés de alface, não adianta ficar enchendo de adubo, ela tem que ter seu tempo. Então eles têm que ser bem organizados. É um avanço como forma de aprendizado (P. J. B., STR, Dois Irmãos, 22 out. 2008).

No entanto, com o auxílio das instituições e com a adaptação ao processo com o tempo, os agricultores conseguiram se adequar como segue o exemplo da produção de leite citada pelo extensionista e confirmada pelo produtor:

Como o leite, aumentou a quantidade. Eles se preparam para esse mercado não deixando a vaca parir no verão, controlando a lactação, a inseminação, já que no verão não há aulas e diminui a demanda (H. M. B., Emater, Dois Irmãos, 14 out. 2008).

### **Da governança: o papel do Conselho de Alimentação Escolar**

Segundo Long (1992), a coalizão de atores que, pelo menos em um momento dado, compartilham alguma definição de uma situação, ou metas similares, interesses ou valores e que acordam, tácita ou explicitamente, perseguir certos cursos de ação social, permite ordenar e sistematizar a experiência, tomar decisões e atuar em consequência. Para o mesmo autor, os atores coletivos podem ser constituídos de maneira informal ou formal e organizados de modo espontâneo ou estratégico.

Neste exemplo, a organização foi constituída de maneira formal e estratégica a partir do CAE. Esta foi uma das entidades mais citadas nas entrevistas como local de encontro para discutir os problemas referentes à alimentação escolar, traçar estratégias e providenciar negociações. Por sua vez este conselho, desde sua criação, passou por algumas modificações em sua constituição, sendo atualmente composto (conforme resolução n. 38/2009 do FNDE/PNAE) pelos seguintes representantes com respectivos suplentes: um representante do poder executivo, dois dos professores, dois dos pais de alunos e dois da sociedade civil. Destes representantes, destaca-se que participam atualmente do CAE municipal entidades como o STR, a Emater, Associação dos Cunicultores, Vigilância Sanitária, Serviço de Inspeção Municipal e Secretaria da Educação.



A partir das atas de reuniões e dos depoimentos dos entrevistados, verifica-se a mobilização e comprometimento destes atores nas discussões e tratativas referentes às questões da alimentação escolar e o seu amparo junto ao poder público. Segundo depoimento de um dos conselheiros:

[...] as idéias são ouvidas, não são como em outros lugares que as decisões são de gabinete e o Conselho serve apenas para constar, fazer uma “reuniãozinha”. Me envolvi de corpo e alma dentro do CAE. Desde que entrei no Sindicato praticamente participo do CAE. Gosto de poder contribuir, a gente sente que pode ser útil (P. J. B., STR, Dois Irmãos, 22 out. 2008).

A agência, implicando na geração e uso ou manipulação de redes de relações sociais e a canalização de elementos específicos através de pontos nodais de interpretação e interação, explicita como os atores sociais se comprometem e são envolvidos nos debates acerca da atribuição de significados sociais aos eventos particulares, ações e idéias. Com esta disposição da sociedade civil e do poder público, o processo de compras de alimentos de agricultores familiares começou a ser discutido e implementado, conforme depoimentos abaixo:

Acho que o CAE tomou a frente, chamava os outros segmentos, ia atrás, via o interesse dos outros, promoveu encontros. Dentro do CAE procurei opinar, questionar, participar de tudo que era proposto neste sentido. Eu achava que era muito positivo e tinha muito para dar certo (I. C. B. B., mãe de aluno, Dois Irmãos, 15 out. 2008).

[...] o responsável pelo movimento foi um conjunto de entidades que se uniram e que formavam o CAE. Tinham uma idéia semelhante. (P. J. B., STR, Dois Irmãos, 22 out. 2008).

Verifica-se nos depoimentos que os envolvidos concordam quanto à questão da necessidade da união de forças e do trabalho conjunto na busca de um objetivo comum. Segundo o técnico da Emater, “o mais importante de tudo era a existência de uma consciência coletiva de onde se queria chegar. As ações e as adequações efetuadas visavam um objetivo comum”. Remete-se à importância de um acompanhamento contínuo, da vontade política, da sensibilidade e conscientização dos atores sociais e de concepções de qualidade diferenciadas, visto a grande dificuldade em manter o vínculo nos termos regulatórios e burocráticos existentes. Convém destacar também que os atores se sentiam fazendo parte do processo de alguma forma, eram em parte “donos” do projeto, porque de alguma forma, este vinha ao encontro de seus interesses, necessidades ou motivações e contribuía para fortalecer vínculos, motivando-os e valorizando-os.

Ou seja, havia articulação de projetos, interesses e perspectivas de outros atores, o que vai de encontro às interações de interface que pressupõem algum grau de interesse comum, mas que também têm uma propensão para a geração de conflito devido aos interesses contraditórios e objetivos ou das relações de poder desiguais. Assim, embora houvesse a vontade dos atores envolvidos, existiam normas e instituições, como visto acima, que barravam as ações. Para a criação de um espaço de manobra, era necessário um grau de consentimento, de negociação, e assim, um grau de poder, manifestado na possibilidade de exercer algum controle, prerrogativa,

autoridade e capacidade para a ação, seja em primeiro plano ou nos bastidores, em momentos flutuantes ou em períodos mais sustentados (Long, 2007).

Exemplifica-se, neste sentido, as questões sanitárias, onde os conhecimentos e domínios dos expertos foram debatidos junto ao CAE, como frisa a mãe de aluno que participava deste conselho:

Muito positivo foi o encontro em que várias pessoas, veterinários, Vigilância Sanitária e o SIM juntos tentaram ver uma forma de ajudar a vencer esta barreira. Isto aconteceu no CAE, numa reunião. Fora isso a Emater promovia encontros, os veterinários iam até os locais e prestavam esclarecimentos, sempre se mostrando prontos quando o agricultor mostrava interesse em participar. E mostravam os caminhos, e apontavam o caminho (I. C. B. B., mãe de aluno, Dois Irmãos, 15 out. 2008).

Portanto, o CAE servia como uma importante arena que dava lugar às contendas sobre assuntos, recursos, valores e representações. Ou nas palavras de Long (2007), sítios sociais e espaciais em que os atores se confrontam para alcançar fins específicos, incluindo permanecer no jogo. Neste sentido que o CAE se caracterizava como local onde buscava-se resolver discrepâncias nas interpretações de valor e incompatibilidades entre os interesses dos atores.

Para Long (2007), importante nestas estratégias é que as decisões ou o posicionamento social frente a outros atores implicam no uso explícito ou implícito de meios discursivos na formação de metas, perseguição de interesses e cumprimento de desejos e na apresentação de argumentos ou racionalizações para as ações empreendidas. Estes meios discursivos ou tipos de discursos variam, não só entre os atores, mas são parte de bagagens diferenciadas de conhecimento e recursos disponíveis de atores de diferentes tipos. Então, as estratégias e as construções culturais empregadas pelos indivíduos não são como caídas do céu, mas sim extraídas de uma bagagem de discursos disponíveis (verbais e não verbais) que, até certo ponto, são compartilhados com outros indivíduos, contemporâneos e, quem sabe, predecessores.

Salienta-se que o CAE não só foi responsável pelo aconselhamento junto ao poder público local, mas também foi procurado por outros municípios e, mais que isto, visitado e ouvido por representantes da esfera federal em relação à prática da aquisição de alimentos dos agricultores familiares, batalhando pela mudança institucional do processo:

[...] me recordo da época que participei do Conselho que a gente discutia isso, vinham pessoas de fora, e a gente apresentava a vontade que a gente tinha em relação a isso para as pessoas que vinham de Brasília. Tinha esse interesse, mas que para a parte legal era difícil. A gente pedia ajuda, explicação, apoio para estas pessoas que vinham de Brasília. E muito nas capacitações, também se discutia. Também tinha o interesse de outros municípios (I. C. B. B., mãe de aluno, Dois Irmãos, 15 out. 2008).

Em 2005, estas ações foram agraciadas com o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar na categoria Continuidade, promovido pela ONG Fome Zero em parceria com o

Ministério da Educação, atestando a aprovação do governo federal não só da iniciativa, mas também da sua persistência.

Assim, se assume que os modelos diferenciados que aparecem são, em parte, criação coletiva dos atores mesmos. Giddens (1987) pontua que as ações particulares constituem e reconstituem as condições institucionais de ação dos outros, tal como as ações dos outros fazem com as particulares. Atividades particulares, então, são incrustadas e são elementos constitutivos de propriedades estruturadas de instituições que se estendem para além do seu espaço e tempo.

## **Dos resultados e conclusões**

Partindo desta experiência que conseguiu suplantar as barreiras e efetivar as compras para a alimentação escolar de agricultores familiares, destacam-se os resultados e as contribuições deste processo no que diz respeito ao consumo e à produção de alimentos.

Considerando o perfil alimentar e nutricional brasileiro que se complexifica a partir da década de 1980, verificando-se índices de fome e desnutrição ainda preocupantes e um crescente aumento das prevalências de doenças crônicas associadas ao sobrepeso, e que muito deste perfil é consequência de uma forma de produção cada vez mais industrializada e globalizada, a alimentação escolar também sofre as consequências deste modelo. No Brasil, predominantemente, o PAE tem seguido esta forma de regulação, oferecendo, principalmente, alimentos processados, adquiridos de médios a grandes produtores e comerciantes, incentivando, em última análise, a construção de um mercado consumidor para este tipo de alimento. Somado a isto, considera-se ainda a influência da mídia e das estratégias de consumo da indústria e o frágil enraizamento cultural alimentar, como pontos fulcrais de perpetuação do modelo agroalimentar dominante. Convém considerar, nessa argumentação, que é na infância que se estabelecem os hábitos alimentares que, peremptoriamente, perdurarão na adultícia. Dessa forma, o PAE, sendo um dos programas de assistência alimentar que atinge o maior número de pessoas (principalmente crianças e adolescentes) e que em muitos casos é a única refeição com qualidade nutricional do dia, ele deve ser considerado como possibilidade real na construção de uma cadeia alimentar diferenciada. Neste sentido, a efetivação da compra de alimentos para a “merenda escolar” de agricultores daquele município providenciou mudanças nas concepções e práticas alimentares das crianças. Nesta questão, o depoimento das merendeiras não deixa dúvidas, já que atestam a melhor qualidade dos produtos frescos, determinando maior aceitação e consumo por parte dos alunos. A revisão da qualidade dos alimentos oferecidos na alimentação escolar propiciou a aceitabilidade de gêneros que anteriormente não eram consumidos, seja por uma melhora organoléptica, seja por uma revisão das questões valorativas.

Nesta direção, torna-se importante destacar as contribuições desta prática na construção de mercados para agricultores familiares locais e suas consequências. Nesta explanação, citam-se as principais: a escolha por formas de plantio e produção diferenciados como os alimentos orgânicos e tradicionais levando à promoção destas estratégias; o incentivo à organização, cooperação e formalização; e, a garantia da venda dos gêneros produzidos, com o aumento da renda e, provavelmente, diminuição do êxodo rural.

O conceito de qualidade atribuído aos gêneros alimentícios, além dos supracitados, tem sido associado também à questão ambiental, e com ela, à valorização de técnicas de produção “amigas da natureza”. A título de exemplificação, o município de Dois Irmãos adquire o “néctar de uva produzido a partir de uvas orgânicas, e extraído a vapor”. Segundo a nutricionista, além da uva ser orgânica, o suco produzido pelo produtor daquele município se distingue dos demais pela forma artesanal de extração do sumo, o que permite um alto grau de resveratrol, substância associada à diminuição do colesterol e na prevenção de doenças cardiovasculares (Gestão Eficiente da Merenda Escolar, 2007). Liga-se a questão de saúde com a questão ambiental que, segundo Lang e Heasman (2004), fundamentam um novo paradigma de políticas alimentares que trabalham com a natureza e não sobre a natureza. Nesse ínterim, contribuí-se para a viabilização de mercados para estes tipos de produção. Em relação às questões ambientais, embora não pareçam, a princípio, serem determinantes da motivação destas iniciativas, aparecem como resultados positivos. Não só estando associadas aos métodos e processos de produção, mas também com a diminuição das distâncias percorridas da produção até o consumo final.

Porém um dos principais fatores de sucesso para a construção destes mercados acaba também beneficiando os próprios produtores. Ou seja, a necessidade de organização da produção dentro da propriedade, da cooperação entre os agricultores, deles com suas entidades representativas e, finalmente, deles com o poder público, para acessarem os mercados, também os beneficia, lhes empoderando na medida em que obtém mais condições de sobrevivência e reprodução. Esta experiência também demonstra que na obtenção do sucesso na tentativa de aquisição de alimentos de produtores locais, as entidades representativas como as de assistência técnica (Emater) e sindicatos rurais foram fundamentais como mediadoras do processo. Estas viabilizaram em grande medida as relações entre agricultores e Estado, por um lado, assessorando e auxiliando os produtores e, por outro, levando suas necessidades às instituições públicas, pressionando-as ou propondo ações para facilitarem o acesso destes ao mercado. A alimentação escolar favoreceu este vínculo, no sentido de que foi a partir desta mobilização que mais produtores interessaram-se na formalização de sua produção através de registros de inspeção municipal. A possibilidade de um novo mercado para a venda de seus produtos também estimulou as duas associações de agricultores (apicultores e cunicultores) a participarem como representantes no Conselho de Alimentação Escolar e, com isto, tendo condições de influenciarem na tomada de decisões do serviço.

Percebe-se nos discursos acima que todo o processo de construção de um novo modelo centra-se em uma economia da qualidade,<sup>12</sup> e envolve o estabelecimento de formas de organização que pontuam a intensificação e colaboração entre consumo e produção. Central neste construto, o papel do Estado e de seu poder em definir através de suas políticas e de seus programas de aquisições de alimentos, modelos diferenciados de abastecimento alimentar.

Tomando o caso da alimentação escolar, o Estado tem providenciado na última década políticas de segurança alimentar e nutricional que apoiam a aproximação entre consumidores e produtores no nível local. Porém, regulamentações burocráticas como a dos processos de compras públicas e as exigências legais e sanitárias para a formalização destes pequenos agri-

---

<sup>12</sup> Faz-se referência aqui ao artigo de Michel Callon, Cécile Méadel e Vololona Rabeharisoa intitulado *The Economy of qualities*, publicado em 2002.

cultores como visto acima, ainda mantém estas proposições longe de se concretizarem. No entanto, o exemplo do município descrito demonstra a importância da coesão e interação social no desenvolvimento de economias locais. Como pontual, aparece o diálogo entre os atores, ocorrendo uma reconexão da cadeia alimentar, em que produtores e consumidores, através da proximidade, constituem relações de exigências, negociações, trocas e suportes, construindo e consolidando relações pautadas em uma moral que transcende o âmbito econômico.

Na fala dos produtores há a necessidade de abastecer o mercado da merenda escolar com produtos de qualidade pelo diferencial em termos não só das concorrências (que diminuem), mas também pelo seu valor associado à saúde, ao meio ambiente e à cultura alimentar. Já na fala dos consumidores, há a necessidade de auxiliar os pequenos agricultores locais, para que possam se sentir valorizados e obter seu sustento. Na verdade, um incorporando à sua necessidade a necessidade do outro, construindo uma relação que ultrapassa os interesses puramente econômicos, e revigora as questões solidárias e éticas.

Entremeios surgem os conselhos municipais como espaços propícios a este diálogo. Como visto acima, são eles que providenciam o encontro entre os diversos atores, e que permitem avançar em relação à superação das barreiras e em direção à governança do processo. A aproximação entre o setor privado e o setor público dentro destes conselhos criam relações de confiança e de mútuo respeito e proporcionam conhecimentos, concertamentos e benefícios para ambas as partes.

Vislumbram-se, com isto, sementes de um modelo de desenvolvimento que promove não só crescimento econômico, mas também justiça social, saúde e conservação ambiental. Com isto, conclui-se que o Programa de Alimentação Escolar, além das potencialidades suprarreferidas, tem um grande potencial no que diz respeito à reunião de debates até aqui feitos separadamente, entre os problemas associados à produção e ao desenvolvimento rural e àqueles associados ao consumo e à saúde pública, abrindo uma ampla agenda de estudos e investigações.

## Referências

CALLON, M.; MÉADEL, C.; RABEHARISOA, V. The economy of qualities. *Economy and Society*, v. 31, p. 194-217, 2002.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Perfil dos municípios brasileiros*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

GESTÃO EFICIENTE DA MERENDA ESCOLAR – histórias gostosas de ler e boas de copiar. ONG Ação Fome Zero, v. 2, 2007.

GIDDENS, A. *Social theory and modern sociology*. Cambridge: Polity Press, 1987.

LANG, T.; HEASMAN, M. *Food wars: the battle for minds, mouths and markets*. London: Earthscan, 2004.

LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, Norman; LONG, Ann (Ed.). *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. London: Routledge, 1992, p. 16-43.

\_\_\_\_\_. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator*. Mexico: Colsan/Ciesas, 2007.

- MANUAL SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Fetag; Prefeituras Municipais dos Vales dos Rios dos Sinos e Paranhana/Encosta da Serra, 2006, 58 p.
- MORGAN, K. Greening the realm: sustainable food chains and the public plate. *Regional Studies*, v. 42 (9), p. 1237-1250, nov. 2008.
- MORGAN, K.; SONNINO, R. Empowering consumers: the creative procurement of school meals in Italy and the UK. *International Journal of Consumer Studies*, v. 31 (1), p.19-25, 2007.
- TRICHES, R. M.; GIUGLIANI, E. R. J. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. *Revista de Saúde Pública*, v. 39, p. 541-547, 2005.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.